

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Dinheiro do petróleo não pode pagar pessoal	2
Título: Destaque	4
Título: Petrobras adia prazo de entrega de propostas vinculantes por Liquigás.....	5
Título: Curtas	5
Título: Gerdau reduz investimentos em 2019.....	7
Título: Engie Brasil Energia prevê venda de térmica a carvão ainda neste ano	8
Título: Preços baixos desestimulam vendas de açúcar	9
Título: STF analisa taxa de fiscalização para setor de petróleo	11
Título: Gilmar suspende sanção contra a Queiroz Galvão	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Para fechar as contas, governo quer R\$ 13 bi de dividendos das estatais	13
Título: Paraguai afasta possibilidade de impeachment	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Caminhoneiros criticam frete proposto por indústria e vão pressionar STF	16
Título: Para analistas, ação de Bolsonaro fere estatais.....	17
VEÍCULO: O Globo	19
Título: Eduardo diz que não interferiu em ata sobre Itaipu.....	19
Título: A VOLTA DA POLÍTICA NA PETROBRAS	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira****Título: Dinheiro do petróleo não pode pagar pessoal**

Os cerca de R\$ 21 bilhões que Estados e municípios receberão do megaleilão do excedente de petróleo da cessão onerosa não poderão ser utilizados livremente. Em acordo feito pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), em torno da divisão dos recursos do megaleilão, ficou definido que os recursos não podem ser utilizados para o pagamento de pessoal, de acordo com fonte credenciada do governo. Poderão ser usados para pagar dívidas com a União, pagar precatórios judiciais e investimentos.

A divisão dos recursos está prevista na proposta de emenda constitucional (PEC) 98/2019, já aprovada pela Câmara e em tramitação no Senado. A PEC determina que a União transfira para os Estados 15% dos valores arrecadados com o megaleilão, depois de descontada a despesa que ela terá com o pagamento à Petrobras, como parte da revisão do contrato da cessão onerosa. Os municípios também receberão 15% dos valores líquidos arrecadados.

O megaleilão vai arrecadar R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura, de acordo com o governo. Como a Petrobras ficará com R\$ 33,7 bilhões, sobrarão R\$ 72,3 bilhões. Deste total, 30% ou R\$ 21,7 bilhões vão para Estados e municípios.

Novo pacto federativo prevê o fim da vinculação de receitas

Como os recursos serão divididos entre os Estados e municípios? Como eles serão aplicados? Tudo isso, segundo a PEC 98/2019, será definido em lei. Há, portanto, um cronograma a ser cumprido antes que governadores e prefeitos possam utilizar o dinheiro do megaleilão. Primeiro será preciso aprovar a PEC no Senado. Depois uma lei regulamentando a divisão e o uso dos recursos.

O megaleilão do excedente da cessão onerosa está marcado para o dia 6 de novembro e o dinheiro só ingressará nos cofres do Tesouro no dia 27 de dezembro deste ano. Até mesmo este cronograma, no entanto, está na dependência de uma análise do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a revisão do contrato da cessão onerosa e do próprio leilão do excedente. Não está inteiramente descartado o adiamento do leilão.

É muito provável, portanto, que a transferência do dinheiro da União para Estados e municípios somente ocorra no próximo ano. A Proposta de Emenda Constitucional 98 também prevê que a transferência dos recursos será excluída do teto de gastos da União, da mesma forma que o pagamento à Petrobras.

Nada garante, no entanto, que a lei que regulamentará a transferência dos recursos para Estados e municípios seja aprovada nos termos acordados entre Guedes, Alcolumbre e Maia. Tudo no Congresso depende de votos. E não é possível antecipar com segurança o resultado de votações na Câmara e no Senado, principalmente diante de eventual pressão que será feita por governadores e prefeitos. Há o risco, portanto, de que os recursos do leilão do excedente de petróleo terminem sendo usados para pagar despesas de forma indiscriminada.

Em breve, Guedes deverá apresentar a sua proposta de novo pacto federativo. A ideia do governo é descentralizar receitas, fortalecendo as finanças estaduais e municipais. Uma proposta prevê a divisão, com Estados e municípios, de parte da receita futura que será obtida pela União com royalties e participações especiais na exploração dos campos do pré-sal. A expectativa do governo é que essa receita crescerá muito nos próximos anos, atingindo seu pico em 2031.

A questão é saber se haverá contrapartidas a esse plano de fortalecimento das finanças estaduais e municipais. Em recente artigo na "Folha de S.Paulo", o economista Marcos Mendes afirmou que um pacto federativo que apenas dê dinheiro federal aos Estados, sem reformas que diminuam os incentivos a gastar mais, não funcionará. "Será tão eficiente quanto tentar manter uma banheira cheia abrindo mais a torneira, sem fechar o ralo", observou Mendes, que foi assessor especial do Ministério da Fazenda, nas gestões de Henrique Meirelles e Eduardo Guardia.

No artigo, Mendes argumentou que as vinculações de receitas estaduais a gastos com saúde e educação desestimulam a busca do equilíbrio fiscal pela via do aumento de receita, pois cada real a mais arrecadado aumenta o gasto, automaticamente, em R\$ 0,37, por causa das vinculações.

Integrantes da equipe econômica disseram ao **Valor** que o pacto a ser proposto por Guedes prevê justamente o fim dessas vinculações que, no caso da União, já foram eliminadas pela emenda constitucional 95/2016, que instituiu o teto de gastos da União. Hoje, o gasto federal com educação e com saúde não está vinculado à receita. Os valores correspondem aos calculados para 2017, corrigidos, anualmente, pela inflação. A regra valerá, pelo menos, até 2026.

Outra preocupação da equipe econômica é que a receita descentralizada, principalmente a proveniente do petróleo, não seja utilizada para conceder

aumentos salariais ou outro tipo de vantagens aos servidores, como ocorreu em passado recente em alguns Estados e municípios. Os técnicos argumentam que a receita do petróleo é instável, podendo cair repentinamente, em decorrência da redução dos preços internacionais do produto. Assim, ela não pode custear despesas permanentes.

Orçamento impositivo

Há um grande temor na área técnica do Ministério da Economia sobre os efeitos da emenda constitucional 100/2019, que instituiu o chamado "Orçamento impositivo". A preocupação principal é com o novo parágrafo 10 do artigo 165 da Constituição, que estabelece o dever da administração de executar as programações orçamentárias, adotando as medidas e os meios necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

O problema é que, no texto da emenda aprovado, não há comando definindo que as dotações orçamentárias poderão sofrer contingenciamento em caso de receita menor que a prevista no Orçamento nem que elas não poderão ser executadas em caso de impedimento técnico. Os assessores do governo acreditam que esse parágrafo compromete o cumprimento da meta de resultado primário em 2020. Por isso, torcem para que a PEC 98/2018, que corrige essas lacunas da emenda 100, seja aprovada pelo Senado. Já passou pela Câmara.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Minério em queda

Os preços do minério de ferro seguiram em queda nos mercados à vista e futuro ontem, diante do maior pessimismo entre os investidores com o desenrolar da guerra comercial entre Estados Unidos e China e do aumento dos estoques de aço no país asiático. Em uma semana, a desvalorização no mercado transoceânico supera os US\$ 26 por tonelada. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", o minério com teor de 62% negociada no porto chinês de Qingdao recuou 4,4%, para US\$ 93,31 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Petrobras adia prazo de entrega de propostas vinculantes por Liquigás**

As empresas interessadas na aquisição da distribuidora de gás liquefeito (GLP) Liquigás solicitaram à Petrobras o adiamento do prazo final de propostas, conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. As ofertas vinculantes teriam que ser entregues ontem mas, acatando a solicitação dos interessados, a estatal adiou para o dia 16 deste mês.

Conforme uma fonte, há uma composição de consórcios e quem está entrando agora precisa de mais tempo para fazer "due diligence" (auditoria) na companhia. Os consórcios são formados por investidores financeiros e operadores desse mercado. Alguns deles já tinham se aliado na fase não vinculante, mas outros foram chamados pela Petrobras para a segunda fase de negociações ainda sem composição completa para o lance.

Os investidores se juntam para arcar com o custo da aquisição, estimado entre R\$ 2,3 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, e também para atender as exigências do processo competitivo. Para os operadores do mercado de GLP que já tem 10% do mercado, a participação só pode ser de 30% no consórcio. Investidores puramente financeiros precisam ter mais de US\$ 1 bilhão (quase R\$ 4 bilhões) sob gestão. O Santander é o banco que assessora a Petrobras na negociação.

A Liquigás atua no envasamento, distribuição e comercialização de GLP no Brasil por meio dos segmentos de negócios engarrafados e a granel, totalizando 22% de participação de mercado. No ano passado, a receita líquida foi de R\$ 4,78 bilhões, com lucro líquido de R\$ 148 milhões.

A Liquigás tem 23 centros operacionais e 16 armazéns. Conta ainda uma rede de mais de 4.800 distribuidores próprios, que atendem cerca de 35 milhões de consumidores residenciais por mês.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/08/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas****Light confirma vitória**

A Light confirmou ontem que o processo judicial questionando a incidência de ICSM na base de cálculo de PIS e Cofins transitou em julgado, com vitória para a companhia. A informação foi antecipada na edição de ontem do **Valor**. A decisão, do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, tem efeito retroativo a janeiro de 2002. Desde a divulgação da sentença, a Light está fazendo análises jurídica e tributária dos impactos dos efeitos retroativos, que só serão lançados no balanço do terceiro trimestre deste ano, previsto para ser divulgado em novembro. Estimativas de mercado apontam que a companhia teria quase R\$ 3 bilhões a lançar em seu balanço. Ontem as ações da companhia tiveram baixa de 0,47%, fechando pregão cotadas a R\$ 21,20.

Comgás aumenta lucro

A distribuidora de gás paulista Comgás obteve lucro líquido de R\$ 362 milhões no segundo trimestre do ano, montante 217,6% maior que o resultado do mesmo intervalo do ano passado, de R\$ 114 milhões. A receita da companhia subiu 46,9% no trimestre, para R\$ 2,34 bilhões. A alta é explicada pelo repasse dos custos de gás e transporte nas tarifas definidas pela agência reguladora, em conjunto com o maior volume distribuído. O número total de clientes cresceu 5,1%, para 1,94 milhão, e o volume de gás distribuído, desconsiderando termogeração de energia, subiu 3%. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) mais que dobrou no trimestre, saindo de R\$ 330,8 milhões para R\$ 672,2 milhões.

Braskem lucra menos

A Braskem encerrou o segundo trimestre de 2019 com lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 128,7 milhões, uma queda de 76,5% na comparação com o mesmo período de 2018. O resultado foi impactado pela queda da receita líquida total, em função dos spreads menores de produtos petroquímicos. A receita líquida caiu 3,2% de abril a junho, em base anual, para R\$ 13,34 bilhões. O custo dos bens e serviços vendidos subiu 11,15%, para R\$ 11,67 bilhões. A despesa financeira líquida somou R\$ 918,9 milhões, 57,1% menor do que os R\$ 2,1 bilhões do segundo trimestre de 2018. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R\$ 1,61 bilhão, 49% abaixo do segundo trimestre de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Chiara Quintão e Rita Azevedo | De São Paulo****Título: Gerdau reduz investimentos em 2019**

A retomada mais lenta do mercado brasileiro do que a esperada no início do ano foi a principal razão para o corte dos investimentos globais da Gerdau previstos para 2019. A empresa anunciou ontem redução de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 1,8 bilhão nos aportes.

A revisão vai atingir os planos de aumento de capacidade no Brasil, em produtos como bobinas a quente, segundo o diretor-presidente, Gustavo Werneck. A Gerdau não divulga a previsão de aportes por mercados de atuação.

O vice-presidente de finanças da Gerdau, Harley Scardoelli, ressaltou que, mesmo com a redução dos investimentos, os desembolsos vão superar em 50% os do ano passado. Para o consolidado do triênio 2019-2021, a estimativa de investir R\$ 7,1 bilhões foi mantida. A Gerdau prevê aplicar R\$ 2,599 bilhões, em 2020, e mais R\$ 2,637 bilhões em 2021.

Um dos planos do grupo é a nova lavra de minério de ferro em Ouro Branco (MG) para atender a Gerdau Açominas. A siderúrgica havia entrado com pedido de licenciamento e espera para novembro a conclusão do processo. "O licenciamento está dentro do nosso cronograma", disse Werneck. Trata-se da ampliação da operação em Várzea do Lopes. A nova fase de produção terá processamento a seco, sem uso de barragens.

A companhia espera que a demanda doméstica por aços longos fique estável ou cresça até 2% neste ano. Werneck afirmou que a recuperação do mercado ocorre em três etapas. No varejo, a retomada já está acontecendo.

De acordo com o executivo, nas construções imobiliárias residenciais, a expectativa é de melhora neste semestre. Já a recuperação da infraestrutura é esperada para o próximo ano. "Continuamos com perspectivas otimistas para Brasil e para os Estados Unidos", afirmou.

Segundo Werneck, o prêmio de importação de aços planos e longos está próximo de zero no Brasil. Para longos, o prêmio chega a ficar negativo em alguns momentos, disse o executivo. Em relação ao preço da sucata, Werneck espera estabilidade no segundo semestre.

Ontem, a siderúrgica divulgou lucro atribuído a acionistas de R\$ 369,5 milhões no segundo trimestre, o que representa queda de 55% ante o mesmo período

do ano passado. A receita líquida da companhia recuou 15,6%, para R\$ 10,15 bilhões. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) recuou 11,3%, para R\$ 1,45 bilhão.

No período, a Gerdau produziu 3,42 milhões de toneladas de aço bruto, volume 14,1% menor que o apurado no mesmo período de 2018. Também na comparação anual, as vendas caíram 22,5%, somando 2,97 milhões de toneladas.

A queda, tanto na produção quanto na venda, foi justificada pela companhia pelos desinvestimentos realizados em 2018, como a venda das operações no Chile e na Índia e de parte das unidades de vergalhão nos EUA.

Na unidade brasileira, a produção avançou 17,7%, tendo em vista que no segundo trimestre de 2018 o resultado foi afetado pela greve dos caminhoneiros. As vendas totais caíram 1,5%.

A receita líquida das operações no Brasil cresceu 5,8% no segundo trimestre, para R\$ 4 bilhões. O desempenho foi puxado pelo aumento da receita por tonelada vendida no mercado interno, que acabou compensando a queda no mercado externo, devidos ao menores preços nos mercados internacionais.

O custo das vendas na unidade brasileira cresceu 9,2%, devido aos maiores despesas de insumos, principalmente de minério de ferro e carvão. A unidade brasileira é responsável por 35,8% da receita global da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Engie Brasil Energia prevê venda de térmica a carvão ainda neste ano

A Engie Brasil Energia (EBE) espera fechar ainda neste ano a venda do complexo termelétrico a carvão de Jorge Lacerda, no Rio Grande do Sul. Segundo o diretor-presidente da companhia, Eduardo Sattamini, o processo está em estágio avançado e a elétrica está negociando com potenciais compradores do empreendimento, de 857 megawatts (MW) de capacidade instalada.

"O processo está bastante avançado. Estamos negociando com potenciais compradores. Esperados fechar ainda neste ano", disse ontem o executivo, em teleconferência com analistas e investidores sobre o resultado da companhia no segundo trimestre do ano.

Com relação ao complexo de Pampa Sul, que inclui uma termelétrica a carvão em operação, de 345 MW, e outro projeto semelhante já licenciado e apto para participar de leilões de energia, Sattamini explicou que o processo de venda deve ser retomado no segundo semestre do ano - com potencial fechamento da operação no segundo semestre de 2020.

O diretor-presidente da EBE disse ainda esperar que a judicialização do risco hidrológico (conhecido como GSF, na sigla em inglês) seja encerrada ainda neste ano. "Esperamos [a solução para o GSF] ao longo deste segundo semestre e que nós entremos 2020 com um novo cenário, dentro da normalidade que tivemos no passado".

Em junho, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que trata, entre outros assuntos, de solução para a judicialização do risco hidrológico. O texto, porém, voltou ao Senado para a votação de emendas incluídas no documento. Após aprovação no Senado e sanção pelo presidente Jair Bolsonaro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve regulamentar o assunto e calcular os valores para uma proposta de repactuação pelos geradores hidrelétricos.

A EBE, que possui 29,25% da Transportadora Associada de Gás (TAG), recém-adquirida da Petrobras, vê com otimismo o processo de abertura do mercado de gás em curso pelo governo.

"Nossa visão é muito otimista com relação às mudanças que estão sendo propostas", afirmou Sattamini. "Quando você desmonta esse monopólio e torna o mercado mais competitivo, o que esperamos é um crescimento do mercado de gás na sua produção e no consumo e o barateamento do gás", completou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos e Marina Salles | De Brasília

Título: Preços baixos desestimulam vendas de açúcar

Em meio à pressão crescente sobre os preços do açúcar no mercado internacional, as usinas brasileiras têm segurado a negociação da commodity para exportação. Até o fim de junho, apenas 58,2% do açúcar que se estima que será exportado nesta safra (2019/20) teve seu preço de venda fixado - o ritmo mais lento das últimas oito safras, segundo levantamento da consultoria Archer Consulting.

Esse é o menor percentual de açúcar fixado para um mês de junho desde que a consultoria começou a realizar esse levantamento, na safra 2012/13. Até então, o menor percentual de fixação registrado em junho havia sido na temporada 2015/16, quando os preços internacionais do açúcar também estavam pressionados e as usinas do país direcionavam a maior parte de sua cana para a produção de etanol.

"A desaceleração na fixação de preços mostra que muitas usinas deixaram de fixar o açúcar em função de uma melhor remuneração do etanol hidratado no mercado interno", avaliou Arnaldo Correa, diretor da Archer Consulting, em nota.

Em volume, esse percentual representa 11,22 milhões de toneladas e considera que o Brasil exportará cerca de 19 milhões de toneladas de açúcar nesta safra, que termina em março. Porém, o mercado de açúcar está tão fraco que o mesmo o ritmo de exportações observado até agora ainda está aquém do necessário para alcançar esta estimativa. Até o fim de junho, o Brasil havia embarcado 4 milhões de toneladas de açúcar bruto, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

De acordo com Correa, as usinas do país também estão trocando os contratos de referência de fixação de preços, apostando em uma melhora das cotações. Porém, ele alertou que "uma combinação de crise externa, que pode provocar a queda dos preços do petróleo, e a contínua fraqueza do mercado físico de açúcar, podem desconsiderar os fundamentos construtivos do açúcar e provocar vendas movidas pelo pânico".

Ontem, os preços do petróleo "colapsaram", o que foi o "beijo da morte" para o açúcar, afirmou o analista Robin Shaw, da consultoria inglesa Marex Spectron. No pregão na bolsa de Nova York, os contratos futuros para outubro recuaram 3,3%, a 11,34 centavos de dólar a libra-peso, enquanto os para março de 2020 recuaram 2,3%, para 12,48 centavos de dólar a libra-peso. Na semana, esses papéis acumulam quedas de 7,1% e 5,5%, respectivamente.

Para Shaw, a queda de ontem foi causada em parte pelo impacto que o petróleo pode ter sobre o mercado de etanol, mas, principalmente, porque estimulou os fundos a "venderem o que podiam".

E a situação ainda pode piorar, segundo Matheus Costa, analista da consultoria INTL FCStone. "A menor fixação [dos preços do açúcar brasileiro] este ano gera

um impacto negativo para as cotações porque as vendas precisarão ser fixadas em algum momento, o que pressupõe um aumento de oferta", sustentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/08/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Laura Ignacio | De São Paulo

Título: STF analisa taxa de fiscalização para setor de petróleo

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar hoje as ações diretas de inconstitucionalidade propostas pela Associação Brasileira de Exploração e Produção de Petróleo (Abep) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) contra a criação da Taxa de Fiscalização da Exploração e Produção de Petróleo e Gás (TFPG) pelo Estado do Rio de Janeiro.

A taxa foi criada no fim de dezembro de 2015, pela Lei nº 7.182, no auge da crise econômica no Estado. Por enquanto, não é paga porque as empresas do setor conseguiram liminares na Justiça para suspender a cobrança. Mas se for considerada constitucional, terá efeito para todas e poderá impactar o mercado do setor.

Atualmente, o valor da taxa é de R\$ 3,4211 por barril de petróleo extraído ou unidade equivalente de gás (UFIR/2019).

O julgamento (nº 5.480 e 5.512) também é importante porque pode ser um precedente para a contestação judicial de várias outras taxas, criadas no mesmo contexto. Estão entre elas a Taxa de Fiscalização de Geração e Distribuição de Energia Elétrica (TFGE), também do Rio, e a Taxa de Fiscalização de Exploração de Recursos Hídricos (TFRH), do Pará.

A decisão sobre a TFPG servirá de precedente porque a argumentação é a mesma. A principal alegação das entidades é que o valor da taxa tem que ser proporcional ao custo estatal para a fiscalização. Se baseiam no inciso quarto do artigo 150 da Constituição Federal, que veda o uso de tributo com efeito de confisco.

Haveria desproporcionalidade, segundo o advogado Eduardo Maneira, do escritório Maneira Advogados, representante jurídico da Abep, porque enquanto o orçamento do órgão fiscalizador Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para 2018 era de R\$ 220 milhões, a estimativa de arrecadação pelo Estado pela cobrança da taxa naquele ano era de R\$ 2,2 bilhões - um valor dez vezes maior.

Além da desproporcionalidade da cobrança, o Estado não é competente para fiscalizar plataformas em alto mar, segundo Maneira. "Essa competência é da União", diz. O advogado também argumenta que a cobrança tem base de cálculo própria de imposto e não de taxa, o que fere o parágrafo segundo do artigo 145 da Constituição.

O superintendente jurídico da CNI, Cassio Augusto Muniz Borges, lembra que na discussão sobre a taxa do Pará (Adin 5374) o ministro do Supremo Luis Barroso concedeu uma liminar favorável à entidade. Nela, acolheu o argumento de falta de proporcionalidade entre o valor da taxa e o custo para a fiscalização pelo Estado. "Essa taxa pode gerar um passivo enorme às empresas, com reflexos negativos especialmente diante das regras de compliance que elas devem seguir", afirma.

Por nota, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio (PGE-RJ) afirma que a Abep não tem legitimidade para ajuizar a ação, diz haver precedentes do STF que admitem a base de cálculo adotada pela lei do Rio e que a entidade não demonstrou com base em fatos a alegação de confisco. Diz ainda que o Estado instituiu a taxa "com o exclusivo propósito de evitar danos ambientais, como, por exemplo, o que ocorreu em Mariana (MG)".

Uma das empresas interessadas no julgamento do STF, a Sinochem Brasil Petróleo, é autora de um "leading case" no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Um processo da empresa que questiona a constitucionalidade da taxa, para evitar sua cobrança, está para ser julgado pelo Órgão Especial do tribunal (processo nº 0140783-78.2016.8.19.0001).

"Ele seria julgado esta semana, mas foi retirado da pauta por causa do julgamento dos processos da Abep e CNI pelo Supremo", diz o advogado Rodrigo Pinheiro, do escritório Schmidt Valois Advogados, representante jurídico da companhia. "Tanto a Procuradoria-Geral da República como a Procuradoria-Geral de Justiça já proferiram pareceres favoráveis às empresas", acrescenta.

Por nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), afirma que, "do ponto de vista da estabilidade regulatória e da segurança jurídica, vale lembrar que o custo da TFPG em momento algum foi previsto pelas empresas. Ou seja, tal valor acarreta aumento de custo para os projetos".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Mariana Muniz | De Brasília****Título: Gilmar suspende sanção contra a Queiroz Galvão**

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar à construtora Queiroz Galvão para suspender a sanção de inidoneidade que o Tribunal de Contas da União (TCU) aplicou à empresa em 2017. A punição impede a contratação da empresa com o serviço público federal.

"Ante o exposto, defiro a liminar para suspender a aplicação da sanção de inidoneidade à impetrante no âmbito da TC 016.991/2015-0, até o julgamento final do presente mandado de segurança. Defiro o ingresso da União no feito. Abra-se vista à Procuradoria-Geral da República", escreveu Gilmar na decisão, concedida em mandado de segurança. O caso corre em segredo de Justiça.

O TCU declarou, por unanimidade, a inidoneidade por cinco anos da Queiroz Galvão referente a fraude em licitação da Usina Termonuclear Angra 3, no Rio de Janeiro. O dano ao erário motivado pela fraude é estimado em R\$ 400 milhões que, considerando atualizações e multa, pode superar R\$ 1,5 bilhão. Além da construtora, à época foram condenadas a Empresa Brasileira de Engenharia, Techint Engenharia e Construção e a UTC.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/08/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Para fechar as contas, governo quer R\$ 13 bi de dividendos das estatais**

Estratégia. Na tentativa de não estourar meta fiscal deste ano, equipe econômica vai mandar ofícios para as empresas federais pedindo antecipação do pagamento de dividendos; Caixa, que tem como único acionista a União, deve enviar metade de seu lucro para o Tesouro

Para não deixar os ministérios pararem por falta de dinheiro, a equipe econômica vai pedir ajuda das estatais federais para desbloquear as despesas do Orçamento e fechar as contas deste ano. A estratégia é conseguir R\$ 13 bilhões com a antecipação de dividendos dessas empresas, informam fontes graduadas da equipe econômica. Dividendo é a fatia do lucro das companhias que é distribuída aos acionistas. A Caixa Econômica Federal, que fez várias vendas lucrativas no primeiro semestre, e tem como único acionista a União, é o principal alvo.

Outros bancos públicos, como BNDES, também serão chamados a dar a sua contribuição. O Estado apurou que o Ministério da Economia vai mandar ofícios para as estatais pedindo que estudem a possibilidade de antecipar a distribuição de dividendos do primeiro semestre de 2019. Conversas já começaram a ser feitas com os dirigentes dos bancos oficiais. A eventual devolução vai respeitar as posições técnicas das empresas e a política de dividendos. Por exemplo, a Caixa tem de pagar os dividendos obrigatórios de 25% do lucro. Pela sua política de dividendos, o banco pode distribuir outros 25%, totalizando 50%. Ou seja, a metade do lucro do banco, que vai ser anunciado na semana que vem, deve ir para os cofres do Tesouro.

A equipe econômica vai recorrer a essa medida para não ter de pedir ao Congresso a aprovação de projeto com mudança da meta fiscal deste ano, que é de até R\$ 139 bilhões. Com a atividade econômica fraca e a expectativa menos receitas vindas de tributos, o governo não tem conseguido espaço para desbloquear as despesas. O bloqueio já supera R\$ 34 bilhões e, se continuar, começará a afetar pesadamente o funcionamento de ministérios já em setembro. Há risco real de um "apagão branco" em vários órgãos. Bloqueio. Após cortar cerca de R\$ 30 bilhões no primeiro bimestre, a equipe econômica anunciou no fim do mês passado o congelamento adicional de R\$ 1,45 bilhão, em decorrência da redução de 1,6% para 0,81% a projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB).

Com menos atividade econômica, caiu também a previsão de receitas para o ano, que foram reduzidas em R\$ 5,3 bilhões no último relatório bimestral de receitas e despesas enviado ao Congresso. O governo agora está buscando aumento de receitas para conseguir desafogar os ministérios. A perspectiva de contar com as receitas da venda da Eletrobrás está se complicando porque o Congresso tem resistência em aprovar projeto que abra caminho para a privatização da estatal. Além disso, não há certeza de que os recursos previstos com o megaleilão do pré-sal, marcado para novembro, possam entrar no caixa este ano. Pelas regras fiscais, o governo só pode liberar despesas se puder contar com recursos extras.

No governo Dilma Rousseff, a área econômica fez várias operações de antecipação de dividendos como "fator de ajuste" das receitas, após a arrecadação federal ter ficado abaixo do esperado nos primeiros meses do ano. Na época, os aportes do Tesouro Nacional aos bancos públicos, que não eram contabilizados como despesas, ajudavam a engordar os lucros, que depois se revertiam em receitas via dividendos. Fontes do governo avaliam que a ação agora é diferente porque os bancos públicos estão devolvendo o dinheiro dos aportes que foram feitos no passado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/08/2019****Seção: Internacional****Autor:****Título: Paraguai afasta possibilidade de impeachment**

Presidente da Câmara diz que não quer que ninguém chegue à presidência "pela janela", mas insiste em investigação sobre Itaipu

ASSUNÇÃO

O presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Pedro Alliana, afirmou ontem que não existe a possibilidade de um julgamento político contra o presidente paraguaio Mario Abdo Benítez e seu vice, Hugo Velázquez, o que poderia levar ao impeachment. Ele acrescentou que não quer que ninguém chegue à presidência "pela janela", mas insistiu para que tudo relacionado à hidrelétrica de Itaipu seja investigado. A sessão da Câmara dos Deputados que debateria o pedido de julgamento político protocolado na terça-feira por 32 deputados opositores não ocorreu por falta de quórum.

Apenas 39 dos 80 deputados se apresentaram. Os legisladores opositores colocaram cartazes em frente a suas bancadas com a frase: "Julgamento político já!". Alliana, presidente do Partido Colorado (ANR) reiterou que seu partido tomou uma posição e não apoiará o julgamento político de Benítez. "Mas o ato bilateral terá de ser completamente investigado", disse Alliana ao jornal paraguaio ABC Color. "Não queremos chantagear nem queremos participar do governo." Na terça-feira, a parcela do Partido Colorado vinculada ao ex-presidente Horacio Cartes reuniu-se na casa dele, segundo o jornal paraguaio ABC Color, para avaliar se retiraria o apoio a Abdo Benítez, o que poderia viabilizar o andamento do impeachment.

A hipótese foi descartada. São necessários ao menos 53 votos para aprovação no plenário da Câmara, de um total de 80. A situação é semelhante no Senado, onde, de um total de 45, necessita-se de 30 votos. A oposição não soma mais de 20. Mesmo assim, o grupo liderado pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), opositor ao governo, alinhou-se a partidos menores e apresentou o pedido de julgamento político. A legenda do presidente, o Partido Colorado, que chegou a ser a favor do impeachment, retirou o apoio no dia 1.º, após o anúncio do cancelamento do acordo com o Brasil. A sigla argumenta que, já que não há mais pacto, o Paraguai não será prejudicado.

Mesmo assim, o assunto ainda não está encerrado. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na segunda-feira, com membros da Câmara e

do Senado, que investigará a atuação de Abdo Benítez e Velázquez nas negociações do acordo referente à alteração das tarifas para compra de energia do Paraguai pelo Brasil. De acordo com as trocas de mensagens entre o ex-presidente da Administração Nacional de Eletricidade (Ande), Pedro Ferreira, e Abdo Benítez, divulgadas pelo ABC Color, Ferreira calculava que a mudança custaria ao Paraguai entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Filipe Oliveira

Título: Caminhoneiros criticam frete proposto por indústria e vão pressionar STF

São Paulo- Líderes dos caminhoneiros criticaram a proposta apresentada pela indústria ao governo de transformar a tabela que define o piso mínimo para o frete em uma referência, sem obrigatoriedade de uso.

Parte do grupo também expressa irritação com as negociações travadas entre a categoria, as empresas e o governo para reformulação do sistema e defende o abandono das tratativas e uma maior pressão sobre o STF, que deve discutir o tema a no próximo mês.

Uma ameaça de paralisação no mês passado levou o governo a suspender a atualização dos valores praticados com base na tabela, definidos a partir de estudos da Esalq-Log, da USE

A nova tabela (suspensa), segundo caminhoneiros, contemplava apenas os custos do frete, sem levar em conta uma margem de ganhos para os trabalhadores.

Marcelo da Paz, caminhoneiro no porto de Santos e que está em Brasília para participar das reuniões a serem feitas com o governo, defende que a categoria se mobilize até o dia 4 de setembro, quando a constitucionalidade da tabela será julgada pelo Supremo. "Se der que a tabela é inconstitucional, o país vai parar outra vez", afirma.

A ação tem entre seus autores as confederações da indústria e da agricultura.

Marconi França, líder de caminhoneiros de Recife, diz que a categoria deve focar o julgamento do Supremo. "Não vamos dar mais crédito para esse governo, que só faz empurrar com a barriga."

França foi um dos caminhoneiros que receberam contato direto do ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) para confirmar a suspensão da atualização da tabela.

Entre as demandas de França está a adoção obrigatória do Ciot (Código Identificador da Operação de Transporte), sistema eletrônico para controle do frete que, segundo os caminhoneiros, garantiria o cumprimento da tabela.

O ministério da Infraestrutura informou que uma nova reunião com a categoria ocorrerá até esta quinta (8).

Wanderlei Alves, o Dedeico, um dos líderes da paralisação de maio de 2018, diz que a proposta da indústria não será aceita, mas defende o diálogo com o governo. "Não vamos aceitar, claro, mas está na mesa de negociação enquanto o governo estiver de portas abertas."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Cucolo Gustavo Uribe

Título: Para analistas, ação de Bolsonaro fere estatais

Ingerência no Banco do Brasil e em contrato da Petrobras está distante de boas práticas corporativas, dizem especialistas

SÃO PAULO E BRASÍLIA- Os episódios de ingerência do presidente Jair Bolsonaro em estatais, como Petrobras e Banco do Brasil, mostram que o governo está distante das boas práticas corporativas e, como seus antecessores, mistura questões ideológicas com políticas públicas. Essa é a avaliação de especialistas na área de governança e gestão pública.

Como antecipou a coluna Mônica Bergamo, da Folha, a Petrobras cancelou na terça (6) um contrato com o escritório do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz. O episódio ocorreu uma semana depois de Bolsonaro ter atacado o advogado.

Nesta quarta (7), ele defendeu a revisão e disse ter tratado pessoalmente do assunto. "Eu havia falado já, nem era para ter esse contrato. Não é porque era ele, é porque a Petrobras não precisa disso: dar dinheiro para um cara da OAB que recebe recursos bilionários e não é auditado por ninguém", afirmou Bolsonaro.

A OAB cobra uma taxa de seus associados, mas os recursos vão para o caixa da instituição, e não para seu presidente.

No ano passado, o escritório venceu uma causa trabalhista estimada em R\$ 5 bilhões sobre horas extras atrasadas a funcionários em plataformas de petróleo da companhia.

O presidente disse que outros contratos serão revistos, entre eles um acordo de publicidade da estatal com a equipe de Fórmula 1 McLaren de cerca de R\$ 600 milhões.

Sérgio Lazzarini, professor do Insper, afirma que as pessoas muitas vezes pensam que o governo deve ter liberdade para influenciar diretamente na gestão das estatais, desprezando instâncias formais de governança, como diretoria e conselho de administração.

"Intencionalmente ou não, as pessoas não percebem que estão se engajando em práticas que condenavam antes. Ao fazer intervenções diretas, você está tirando a autonomia gerencial. Quando ele fala que o Banco do Brasil não tem de fazer uma propaganda porque ele não gosta dela, está fazendo a mesma coisa que outra pessoa de outro espectro ideológico", afirma.

Em abril, o presidente do BB acatou um pedido de Bolsonaro e demitiu um diretor do banco por causa de uma campanha publicitária com atores que representavam a diversidade racial e sexual.

As duas empresas, Petrobras e BB, são controladas pelo governo, mas têm ações negociadas na Bolsa de Valores, e parte do capital está nas mãos de acionistas privados.

Para Lazzarini, os acionistas têm sido tolerantes com essa atitude, ao contrário do que ocorreu na época das intervenções feitas no governo Dilma Rousseff, que deram prejuízos à Petrobras, por exemplo.

"A ex-presidente Dilma fez intervenções que, na visão dela, corrigiam uma linha privatista", afirma. "Para o presidente Bolsonaro, a questão é familiar, pessoal e ideológica."

A ação preferencial da estatal, mais negociada, caiu 1%, e a ordinária, com direito a voto, teve retração 0,66% nesta quarta. As cotações refletiram principalmente a queda de 2,5% no preço do petróleo.

Os principais relatórios de analistas do mercado financeiro não mencionaram a interferência de Bolsonaro na estatal. Quem conhece o setor há anos diz que o silêncio é questão de pragmatismo.

"Os analistas até aceitam alguns deslizos do Planalto na governança de estatais. Senão atrapalhar o avanço da proposta liberal de menos governo e mais mercado, convive-se", diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista chefe do Banco Fator.

A diretora-geral do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), Heloísa Bedicks, afirma que esses episódios mostram que o governo ainda tem pouco conhecimento sobre as boas práticas de gestão empresarial.

"Temos de trabalhar um entendimento das melhores práticas também para as pessoas que governam nosso país. Isso tem de ser mais bem divulgado até para os níveis mais altos no nosso governo", afirma.

Bedicks diz que as estatais possuem conselhos de administração com representantes de fora do governo, que poderiam exercer sua independência e reavaliar esses episódios.

Para ela, a ingerência não está relacionada a desvio de recursos, mas atende a objetivos particulares. "Pode favorecer uma agenda eleitoral."

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/08/2019

Seção: O Mundo

Autor: JANAÍNA FIGUEIREDO, ELIANE OLIVEIRA E SERGIO ROXO

Título: Eduardo diz que não interferiu em ata sobre Itaipu

Deputado desmentiu ter ido a suposto encontro na Embaixada do Paraguai em Brasília para favorecer uma empresa interessada em comprar energia do país vizinho. Na véspera, PT pedira à Câmara e à PGR que caso seja investigado

RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO- O deputado e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), negou ontem ao GLOBO ter participado em março de uma suposta reunião na Embaixada do Paraguai em Brasília com representantes do governo de Assunção e do grupo Léros. O grupo, segundo denúncias divulgadas pela imprensa do país vizinho, teria tentado negociar benefícios numa operação de compra da energia paraguaia produzida pela hidrelétrica binacional de Itaipu.

Na véspera, o PT fizera um requerimento à Câmara e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para que sejam investigadas a suposta relação entre o grupo e o governo Bolsonaro e a suposta tentativa do Planalto de favorecê-lo em suas negociações com a estatal Ande (a Eletrobras paraguaia).

EMBAIXADOR TAMBÉM NEGA

O encontro na sede diplomática também foi desmentido pelo ex-embaixador do país no Brasil, Hugo Saguier, afastado do posto após o escândalo desencadeado no Paraguai pela revelação de uma ata secreta selada pelos dois países, em maio, sobre a energia produzida por Itaipu. Pelo acordo, o Paraguai aceitava pagar mais pela energia que consome da hidrelétrica. A ata foi anulada em 1º de agosto, após sua existência ter sido revelada.

O filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que nunca pisou na representação paraguaia no Brasil. A questão foi apresentada pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS) no âmbito da comissão presidida por Eduardo Bolsonaro.

— Rechaço frontalmente essa informação — afirmou o deputado.

Procurado, Pimenta esclareceu que não acusou de nada o colega do PSL, apenas protocolou algumas perguntas na comissão.

— Não estamos acusando Eduardo Bolsonaro. Queremos que ele responda as questões — disse Pimenta.

Desde a semana passada, circulam denúncias no Paraguai que vinculam o governo e a família Bolsonaro a uma suposta manobra para favorecer o grupo Léros numa licitação no Paraguai. Essas denúncias surgiram em meio a uma grave crise política na qual mergulhou o governo do presidente Mario Abdo Benítez, em consequência da divulgação do acordo secreto com o Brasil. Segundo cálculos feitos no país, o Paraguai teria um prejuízo anual de US\$ 200 milhões ao aceitar comprar mais da "energia garantida", a mais cara produzida em Itaipu.

De acordo com o advogado José Rodríguez González, que disse ter representado o vice-presidente do Paraguai, Hugo Velázquez, nas negociações entre seu país e o Brasil, durante as conversas foi discutido um negócio entre o grupo Léros e a Ande. Nesses encontros, sempre segundo Rodríguez, participaram representantes da Léros e o empresário brasileiro Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP).

AÇÃO ANTI-IMPEACHMENT

Em chats de WhatsApp aos quais O GLOBO teve acesso, o advogado diz ao então presidente da Ande, Pedro Ferreira, que era necessário excluir alguns pontos do acordo bilateral para não prejudicar uma negociação (em referência ao grupo Léros). Em algumas das mensagens do advogado, o grupo é identificado entre parênteses como "governo do Brasil". Rodríguez disse, ainda, que nas reuniões Giordano se apresentou como representante do governo e da família Bolsonaro.

Pimenta perguntou ao deputado Bolsonaro se conhecia Giordano. Ao GLOBO, Eduardo Bolsonaro respondeu ter conhecido o empresário em São Paulo, quando este trabalhou na campanha de Olímpio. Perguntado se Giordano teria usado o nome da família Bolsonaro para se projetar, o deputado afirmou: — Se usou, foi sem nossa autorização.

Giordano e Kleber Ferreira, diretor do grupo Léros, confirmaram as reuniões no Paraguai. O suplente do Major Olímpio, porém, nega ter usado o nome da família ou do governo Bolsonaro. Já o diretor do grupo Léros desmentiu qualquer relação com o PSL, o governo ou a família presidencial. O empresário disse que seu grupo respondeu a um chamamento para comprar energia da Ande e que em sua proposta foi pedida exclusividade, mas negou uma negociação paralela.

Hoje, o Paraguai é obrigado a vender a chamada "energia adicional" (bem mais barata do que a garantida) diretamente à Eletrobras, mas reivindica poder negociá-la com terceiros países e no mercado livre brasileiro. Diante da crise política, os dois países recuaram para evitar um pedido de impeachment de Abdo Benítez, acusado pela oposição de traição à Pátria.

Ontem, a maioria do governista Partido Colorado se ausentou da sessão ordinária da Câmara para evitar que fosse dada entrada ao pedido de abertura de impeachment.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A VOLTA DA POLÍTICA NA PETROBRAS

A estatal talvez tenha de criar uma diretoria "política" para tratar de assuntos como a retenção dos navios iranianos carregados de milho (com toda pinta de que a ordem veio de Brasília) e a suspensão do contrato com Felipe Santa Cruz, presidente da OAB.

MME / ASCOM .